

## **PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E AMANDA JANAINA PEDRITTA DA SILVA ROCHA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 04.142.491/0001-66, neste ato representado pelo Sr. Frederico Welington Silveira Soares, Superintendente de Gestão Administrativa, devidamente autorizado, nos termos do Ato de Delegação nº 70/2014, doravante denominado **CONTRATANTE**, e **AMANDA JANAINA PEDRITTA DA SILVA ROCHA**, inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED], estabelecida à Alameda das Algarobas, n.º 138, Caminho das Árvores, Salvador, Bahia, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 067/2019-SGA, nos termos e condições seguintes:

### **1. DA CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente ADITIVO tem por objetivo definir o índice a ser utilizado para cálculo do reajustamento contratual, mantidas as demais condições relacionadas ao reajustamento já previstas no Contrato.

### **2. DA CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

2.1 À **CLÁUSULA QUINTA** do originário contrato será acrescida a cláusula **5.1.4**, em comum acordo e de livre vontade pelas partes, passando a dispor o seguinte:

**“5.1.4 Adotar-se-á o INCC/FGV como índice oficial para o cálculo da variação de preços, tendo como referencial o acumulado no período de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta, e termo final o mês que antecede o da data de aniversário, a saber;**

**5.1.4.1 Mês 1: ABRIL/2019;**

**5.1.4.2 Mês 2: MARÇO/2020;**

**5.1.4.3 Mês 1: MARÇO/2021.”**

### 3. DA CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento, assinado pelas partes abaixo.

Salvador, ..... de..... de 2021.

FREDERICO WELINGTON  
SILVEIRA SOARES: 0 [REDACTED]  
Assinado de forma digital por FREDERICO  
WELINGTON SILVEIRA SOARES: [REDACTED]  
Dados: 2021.07.28 19:24:08 -03'00'

Frederico Wellington Silveira Soares

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - CONTRATANTE**

AMANDA JANAINA  
PEDRITTA DA SILVA  
ROCHA: [REDACTED]  
Assinado de forma digital por  
AMANDA JANAINA PEDRITTA DA  
SILVA ROCHA: [REDACTED]  
Dados: 2021.07.20 15:56:59 -03'00'

Amanda Janaina Pedritta Da Silva Rocha

**CONTRATADA**

**DECISÕES EM PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS:**

ANA CLAUDIA FONSECA COSTA, Promotor(a) de Justiça de Ruy Barbosa. SIGA nº 81828.1/2021. Requerimento: Férias. 2021.1. Adiamento no interesse do serviço. Decisão: DEFERIDA, com base no art. 166 da Lei Complementar nº 011, de 18 de janeiro de 1996, transferindo-se de 03/08/2021 a 12/08/2021 para gozo oportuno, ficando o período pendente de confirmação.

GILBERTO COSTA DE AMORIM JÚNIOR, Promotor(a) de Justiça SIGA nº 81609.1/2021. Requerimento: Férias. 2020.2. Requerimento de gozo. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 165, §2º, da Lei Complementar nº 011, de 18 de janeiro de 1996, de 'Pendente Confirmar Período' para o período de 13/09/2021 a 02/10/2021. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Edmundo Reis Silva Filho.

GRAZIELLA JUNQUEIRA PEREIRA, Promotor(a) de Justiça de Teixeira de Freitas. SIGA nº 81826.1/2021. Requerimento: Férias. 2021.2. Adiamento no interesse do serviço. Decisão: DEFERIDA, com base no art. 166 da Lei Complementar nº 011, de 18 de janeiro de 1996, transferindo-se de 29/11/2021 a 18/12/2021 para gozo oportuno, ficando o período pendente de confirmação.

LICIA MARIA DE OLIVEIRA, Procurador(a) de Justiça. SIGA nº 37167.7/2021. Requerimento: Interrupção de Outras Ausências. Interesse particular. Autorização de ausência da Procuradoria de Justiça na forma do art. 15, XXXIX da Lei Complementar nº 11/1996, disciplinado pelo Ato Normativo nº 003/2019. Decisão: DEFERIDO, para o período de 29/07/2021 a 29/07/2021

LÍVIA SAMPAIO PEREIRA, Promotor(a) de Justiça de Feira de Santana. SIGA nºs 11783.3/2021, 11784.3/2021 e 11785.3/2021. Requerimento: Gozo fracionado de Licença Prêmio. 2.1. Decisão: DEFERIDA, com base no art. 166 da Lei Complementar nº 011, de 18 de janeiro de 1996, de 'Pendente Confirmar Período' para os períodos de 30/08/2021 a 08/09/2021, de 09 a 18/09/2021 e os dez dias restantes para gozo oportuno, ficando o período pendente de confirmação. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça - Nayara Valtércia Gonçalves Barreto

ROMEU GONSALVES COELHO FILHO, Promotor(a) de Justiça de Irecê. SIGA nº 11935.8/2021. Requerimento: Folga compensatória pela atuação em plantão. Decisão: DEFERIDO, com base no Ato Normativo nº 019, de 11 de outubro de 2019, para o período de 23/08/2021 a 23/08/2021. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Pablo Antonio Cordeiro de Almeida - Jacobina - Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, já devidamente cientificado(a).

ROMEU GONSALVES COELHO FILHO, Promotor(a) de Justiça de Irecê. SIGA nº 11934.8/2021. Requerimento: Folga compensatória pela atuação em plantão. Decisão: DEFERIDO, com base no Ato Normativo nº 019, de 11 de outubro de 2019, para o período de 19/08/2021 a 20/08/2021. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Pablo Antonio Cordeiro de Almeida - Jacobina - Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, já devidamente cientificado(a).

THOMAS BRYANN FREITAS DO NASCIMENTO, Promotor(a) de Justiça de Macaúbas- SIGA nº 37166.7/2021. Requerimento: autorização de ausência justificada da Promotoria de Justiça, por interesse particular, para o período de 04/08/2021 a 04/08/2021. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 15, XXXIX, da Lei Complementar Estadual nº 11/1996 e no Ato Normativo nº 003, de 14 de março de 2019. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Karina Costa Freitas - Paramirim - Promotoria de Justiça, já devidamente cientificado(a). O afastamento autorizado não implica a suspensão da distribuição ordinária dos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais.

VANEZZA DE OLIVEIRA BASTOS ROSSI, Promotora de Justiça de Camaçari. SIGA nº 18214/2021. Requerimento: designação compensatória, nos termos do art. 3º do Ato Normativo nº 032, de 22 de junho de 2021. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 15, X, "e", da Lei Complementar nº 011, de 18 de janeiro de 1996.

---

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

---

**DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES**

---

**RESUMO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 101/2018-SGA.** Processo: 19.09.00854.0008375/2021-08. ?Parecer jurídico: 322/2021. Partes: ?Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa GREEN4T Soluções TI Ltda., CNPJ nº 03.698.620/0001-34. ?Objeto do contrato: ?Prestação de serviços de manutenção programada preventiva, manutenção preditiva e corretiva em todo o ambiente de Data Center do MPBA. ?Objeto do aditivo: incluir a filial da empresa contratada como responsável pelo faturamento dos serviços de manutenção programada preventiva, manutenção preditiva e corretiva em todo o ambiente de Data Center do CONTRATANTE, alterando, em razão da alteração da incidência tributária sobre o faturamento, o valor global anual estimado originariamente pactuado, que passa de R\$ 649.649,88 (seiscentos e quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos) para R\$ R\$ 643.153,50 (seiscentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e três reais e cinquenta centavos). ?Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.601.0003 - Ação (P/A/OE) 2002 - Região 9900 -

Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.40.

**RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 067/2019-SGA. Processo: 19.09.02335.0009604/2021-36 - Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Amanda Janaína Pedrita da Silva Rocha. Objeto contratual: prestação de serviços técnicos de engenharia para elaboração de orçamentos de referência para obras de construção de unidades sede do Ministério Público do Estado da Bahia. Objeto do aditivo: definir o INCC como índice a ser utilizado para cálculo do reajustamento contratual, mantidas as demais condições relacionadas ao reajustamento já previstas no Contrato, alterando, pois, a redação da cláusula quinta do instrumento originariamente celebrado. Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.601.0002 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Ação (PAOE) 5092 - Região 9900 - Natureza da Despesa 44.90.51.**

**RESUMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Nº 076/2020- SGA. Processo: 19.09.00854.0010546/2021-73- Parecer Jurídico: 349/2021. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Fundação Carlos Alberto Vanzolini, CNPJ nº 62.145.750/0001-09. Objeto contratual: prestação de serviços de auditoria para avaliação de conformidade do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI do Ministério Público do Estado da Bahia com a norma ISO 9001:2015. Objeto do aditivo: modificar a redação da cláusula segunda, item 2.4 e da cláusula quarta, item 4.1, em decorrência da alteração na forma de prestação dos serviços, no que diz respeito à execução prevista para o ano de 2021. As modificações ajustadas implicaram modificação do valor global do contrato, alterando-o de R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais) para R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.601/0003 - Ação (P/A/OE) 2002 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.40.**

**RESUMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 060/2021-SGA. Processo SEI: 19.09.01043.0010577/2021-55 - Dispensa nº 001/2021-PJR Jacobina. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa L G Comercial De Frutas, Verduras E Bebidas Ltda, CNPJ nº 14.008.624/0001-60. Objeto: Fornecimento de água mineral sem gás, acondicionada em garrações devidamente higienizados, fabricados em embalagem de polipropileno transparente, com tampa de pressão e lacre, e capacidade para 20 (vinte) litros, para atender à Promotoria de Justiça Regional de Jacobina. Valor global anual estimado: R\$ 2.925,00 (dois mil, novecentos e vinte e cinco reais). Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0033 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Ação (PAOE) 4058 - Região 6800 - Natureza da Despesa 33.90.30. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar em 03 de agosto de 2021 e a terminar em 02 de agosto de 2022.**

PORTARIA Nº 183/2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Maria de Lourdes Lima, matrícula nº [REDACTED] e Fernando Gomes dos Santos, matrícula nº [REDACTED], para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 060/2021-SGA, relativo ao fornecimento de água mineral para a Promotoria de Justiça Regional de Jacobina. Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 28 de julho de 2021.

Frederico Wellington Silveira Soares

Superintendente de Gestão Administrativa

**RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Nº 062/2021-SGA Processo SEI: 19.09.01200.0011459/2021-28 - Dispensa 043/2021-DADM. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Jeffeson da Silva Santos, CNPJ nº 36.668.722/001-66. Objeto: Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça do Conde/BA. Regime de execução: Empreitada por preço global. Valor mensal: R\$ 740,00 (setecentos e quarenta reais). Valor total: R\$ 8.880,00 (oito mil, oitocentos e oitenta reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a contar de 01 de setembro de 2021 até 31 de agosto de 2022.**

\*Retifica publicação na edição nº 2.909 do Diário da Justiça Eletrônico, do dia 28/07/2021.